



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUTINGA
Cidades Irmãs: JACUTINGA/RS/BR e PEDEROBBA/TV/IT



PROJETO DE LEI MUNICIPAL 3804/2025 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUTINGA
ENTRADA

Protocolo N° 4283 Data: 19/11/2025

Secretaria da Câmara

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JACUTINGA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em 24/11/2025

Presidente da Câmara

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

CAPÍTULO II

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUTINGA
RECEBIDO

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Data: 19/11/2025 Hora: 15:47

Seção I

Da Estimativa da Receita

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

Em 24/11/2025

Presidente da Câmara

Art. 2º - A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 52.600.000,00 (cinquenta e dois milhões e seiscentos mil reais)

Art. 3º - A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS	LIVRE	VINCULADO	TOTAL
Receitas Correntes	12.486.300,00	36.268.700,00	48.755.000,00
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria		5.177.000,00	5.177.000,00
Contribuições	2.250.000,00	-	2.250.000,00
Receita Patrimonial	2.233.000,00	283.200,00	2.516.200,00
Receita de Serviços	66.000,00	23.000,00	89.000,00
Transferências Correntes	7.524.300,00	30.780.500,00	38.304.800,00
Outras Receitas Correntes	413.000,00	5.000,00	418.000,00
Receitas de Capital	-	205.000,00	205.000,00
Alienação de Ativos	-	200.000,00	200.000,00
Outras Receitas de Capital	-	5.000,00	5.000,00
Receitas Correntes Intra-orçamentárias	-	3.640.000,00	3.640.000,00
Total	12.486.300,00	40.113.700,00	52.600.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUTINGA
Cidades Irmãs: JACUTINGA/RS/BR e PEDEROBBA/TV/IT



Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 52.600.000,00 (cinquenta e dois milhões e seiscentos mil reais) sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 33.975.850,00 (trinta e três mil oitocentos e cinquenta reais);

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 18.624.150,00 (dezoito mil seiscentos e vinte e quatro reais);

Art. 5º - A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

DESPESAS	LIVRE	VINCULADO	TOTAL
Despesas Correntes	19.344.050,00	25.987.550,00	45.331.600,00
Pessoal e encargos sociais	8.412.900,00	13.905.450,00	22.318.350,00
Juros e Encargos da Dívida	1.120.000,00	-	1.120.000,00
Outras despesas correntes	9.811.150,00	12.082.100,00	21.893.250,00
Despesas de Capital	5.740.600,00	852.800,00	6.593.400,00
Investimentos	4.765.600,00	802.800,00	5.568.400,00
Inversões Financeiras	25.000,00	50.000,00	75.000,00
Amortização da Dívida Contratada	950.000,00	-	950.000,00
Reserva de contingência	142.000,00	533.000,00	675.000,00
Total	25.226.650,00	27.373.350,00	52.600.000,00

Art. 6º - Integram esta Lei, nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 3299/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2026, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

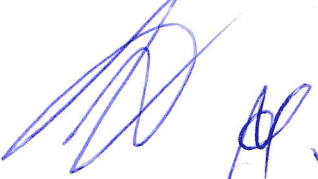
Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º - Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial ou total de suas dotações, inclusive a Reserva de Contingência, observado o disposto no art. 26 da Lei Municipal Nº 3299/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026;


JACUTINGA
LUGAR PARA VIVER!



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUTINGA
Cidades Irmãs: JACUTINGA/RS/BR e PEDEROBBA/TV/IT



b) incorporação de superávit financeiro do exercício anterior, bem como o que for gerado em 2026 a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos;

c) excesso de arrecadação, a ser apurado nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/1964, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos.

II – Ao Poder Legislativo, solicitar ao Poder Executivo a realização de abertura de créditos suplementares de sua despesa total fixada, respeitado o limite constante no inciso I, compreendendo as operações intraorçamentárias da Câmara, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, através de Decreto, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do Próprio Poder Legislativo.

Parágrafo único. As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

Art. 8º - Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados ao reforço de:

I — de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — dotações de despesas classificáveis nos elementos 21 — Juros Sobre a Dívida por Contratos, 22 — Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato, 71 — Principal da Dívida Contratual Resgatado e 91 — Sentenças Judiciais;

III — dotações de despesas suportadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens móveis e imóveis e transferências voluntárias da União e do Estado.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º - A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025.

Art. 10 - Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

JACUTINGA
LUGAR PARA VIVER!



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUTINGA
Cidades Irmãs: JACUTINGA/RS/BR e PEDEROBBA/TV/IT



Art. 11 - O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 12 - Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referidos no art. 1º, Parágrafo Único, I, "a", da Lei Municipal Nº 3299/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 em conformidade com o disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da referida Lei.

Parágrafo único. Para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário e nominal, apurados pela metodologia acima da linha, serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 13 - O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

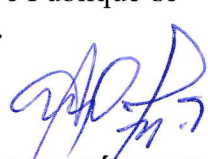
Art. 14º - Para fins de aplicação, a nível local, da Lei Federal nº 14.133/21, entende-se como Unidade Gestora cada uma das Secretarias Municipais, Gabinete do Prefeito Municipal e Câmara Municipal de Vereadores, entendidas estas como Unidades Orçamentárias estabelecidas na peça orçamentária, investidas estas no poder de gerir recursos orçamentários e financeiros.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jacutinga, RS, aos 19 dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.


ADEMIR MÁRCIO SAKREZENSKI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Data Supra.


AMILTON LUÍS CONTE
Secretário Municipal de
Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUTINGA
Cidades Irmãs: JACUTINGA/RS/BR e PEDEROBBA/TV/IT



MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 3804/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Nobres Senhores Vereadores,

Submetemos à apreciação dessa egrégia Casa Legislativa Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual - LOA para o Exercício Financeiro de 2026, em observância às normas legais

A presente proposta estabelece às ações a serem executadas no exercício de 2026, de acordo com o disposto no PPA 2026/2029 e LDO 2026, já aprovadas por este Legislativo, lembrando que todo processo de elaboração do orçamento foi submetido a audiências públicas para verificar as necessidades prioritárias da comunidade.

Reafirmamos, por meio deste projeto, o compromisso com a responsabilidade fiscal, a transparência na gestão dos recursos e a melhoria contínua dos serviços públicos.


ADEMIR MÁRCIO SAKREZENSKI
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUTINGA
Cidades Irmãs: JACUTINGA/RS/BR e PEDEROBBA/TV/IT



Senhor Presidente

Nobre Edis

Encaminho, dentro das prerrogativas expressas na Lei Orgânica do Município, artigo 93, §4º, alteração na proposta orçamentaria 2026, projeto de Lei 3804/2025, visando atender demandas solicitadas em audiência pública, em especial no que tange a atividade orçamentária 2.085 – Apoio Financeiro a Entidades Médico/Hospitalar, elemento de despesa 3.3.50.43 – Subvenções sociais, que passa a vigorar o valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), reduzindo o mesmo montante na atividade 2.040 - Serviços de Abertura, Conservação e Obras de Melhorias em Estradas Vicinais, elemento de despesa 4.4.90.51 Obras e instalações.

São essas considerações que julgo oportuno no momento, ressaltando que estamos abertos ao diálogo e à propostas que visem aperfeiçoar o presente projeto e venham de encontro aos interesses de nossa comunidade.

Atenciosamente,


ADEMIR MARCIO SAKREZENSKI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUTINGA
RECEBIDO

Data: 08/12/2025 Hora: 10:50


Secretaria da Câmara

APROVADO

Em


Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUTINGA
ENTRADA

Protocolo
Nº 4293
Data: 08/12/2025


Secretaria da Câmara